

## CONHECIMENTO DA POLÍTICA DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO LGBT POR ESTUDANTES DE MEDICINA NO SEMIÁRIDO BAIANO<sup>1</sup>

Márlon Vinícius Gama Almeida <sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A discriminação por orientação sexual e identidade de gênero constitui uma forma de violência que gera vulnerabilidades no acesso à saúde e impacta negativamente indicadores sanitários, sobretudo para pessoas LGBT+. Para enfrentar essas desigualdades, o Ministério da Saúde instituiu, em 2011, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) (Brasil, 2011), inserida em um conjunto de políticas de equidade, como o programa Brasil sem Homofobia (Brasil, 2004), o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (Brasil, 2009) e o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT (Brasil, 2013).

A PNSI-LGBT representa um marco histórico no reconhecimento de demandas específicas dessa população, orientando ações para reduzir desigualdades em saúde e ampliar o acesso qualificado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Estrutura-se por meio de mecanismos de gestão, qualificação da rede de serviços, fortalecimento da representatividade em instâncias de participação social e mobilização em defesa do direito à saúde e dos direitos sexuais. Um exemplo relevante foi a implementação do Processo Transexualizador, fruto da reivindicação social organizada, que possibilitou a oferta de cuidados relacionados à transição de gênero. Assim, reafirma-se o compromisso do SUS com a universalidade, a equidade e a integralidade (Boldrin *et al.*, 2023).

Apesar dos avanços, persistem desafios: a necessidade de atualização para incluir pessoas intersexo, gêneros fluidos, população queer e pansexuais; a complexidade da população LGBT+, atravessada por determinantes sociais diversos; a escassez de recursos financeiros e de técnicos de referência; e a ausência de indicadores epidemiológicos específicos. Soma-se a isso a dificuldade de escuta ativa por gestores e profissionais de saúde, refletindo falhas na

---

<sup>1</sup> Este resumo é resultado do projeto de pesquisa intitulado “Conhecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT por estudantes de medicina de uma universidade federal do semiárido baiano” sob coordenação do Prof. Dr. Márlon Vinícius Gama Almeida (CMED/Univasf).

<sup>2</sup> Enfermeiro. Doutor em Saúde Pública. Docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). E-mail: marlon.vinicius@univasf.edu.br.

formação acadêmica e na incorporação de temas relacionados a gênero e sexualidade (Popadiuk *et al.*, 2017; Gomes *et al.*, 2018; Domene *et al.*, 2022).

Nesse cenário, a formação médica é estratégica. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Medicina, revisadas em 2022, reforçam a necessidade de contemplar as especificidades da população LGBTQ+, alinhando-se aos princípios do SUS e propondo conteúdos que abarquem dimensões sociais, culturais, éticas e humanísticas (Brasil, 2022). Entretanto, observa-se distanciamento entre profissionais de saúde e usuários LGBTQ+, marcado por comunicação frágil, preconceitos e invisibilidade curricular. Tal realidade compromete o acolhimento e a promoção da saúde integral (Rocha; Sampaio, 2022).

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, que busca compreender o conhecimento de estudantes de medicina de uma universidade federal no semiárido baiano sobre a PNSI-LGBT. Considerando a relevância dessa política para a formação de profissionais aptos a reconhecer singularidades, elaborar estratégias de cuidado e contribuir para a consolidação da integralidade no SUS, torna-se fundamental identificar lacunas na formação, percepções individuais e expectativas quanto ao atendimento à população LGBTQ+.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo qualitativo, de caráter descritivo, voltado à compreensão de fenômenos sociais resultantes de crenças, hábitos e valores, considerando aspectos políticos, históricos, culturais e socioeconômicos (Minayo; Deslandes; Gomes, 2007). O campo empírico foi a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), campus Paulo Afonso (BA), que abriga um dos principais cursos de medicina do semiárido baiano.

Participaram 45 estudantes de diferentes períodos, selecionados aleatoriamente até a saturação teórico-empírica (Minayo; Deslandes; Gomes, 2007). Foram incluídos discentes maiores de 18 anos, regularmente matriculados a partir do segundo semestre, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foram excluídos alunos do primeiro período ou com matrícula trancada.

A coleta ocorreu por meio de questionário semiestruturado, aplicado de forma remota via *Google Forms*, após testagem prévia. O formulário eletrônico foi disponibilizado por *e-mail* institucional e *QR Code*. A técnica buscou identificar percepções e atitudes dos estudantes sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBTQ+.

Os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo temática (Minayo; Deslandes; Gomes, 2007), organizados em categorias e núcleos de sentido, interpretados à luz do contexto da pesquisa.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Univasf, respeitando a Resolução nº 466/2012, e está registrado sob Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 80322924.0.0000.0282. Garantiram-se sigilo, anonimato e direito de desistência dos participantes, além do armazenamento seguro dos dados.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados revelam um perfil diversificado dos 45 participantes. A maioria tinha entre 19 e 25 anos (75,5%). Quanto à raça/cor, 46,7% se declararam brancos, 46,7% pardos e 6,7% pretos. Em relação à religião, 57,8% eram cristãos e 20% não possuíam religião. A identidade de gênero predominante foi cisgênera (53,3% homens e 44,4% mulheres). Sobre orientação sexual, 66,7% se declararam heterossexuais, 22,2% bissexuais e 8,9% homossexuais.

O questionário buscou identificar a compreensão dos discentes sobre a PNSI-LGBT, sua abordagem na formação médica e a percepção de preparo para lidar com demandas dessa população. Os achados dialogam com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que ressaltam a necessidade de formação integral, valorizando a diversidade e o cuidado humanizado (Cardoso *et al.*, 2023).

Grande parte dos estudantes compreende gênero como construção social, distinta do sexo biológico, o que demonstra adesão a concepções contemporâneas (Butler, 2013). Houve também reconhecimento de identidades trans e não-binárias. Contudo, alguns ainda mantêm visão restrita, limitada ao binarismo, o que aponta lacunas de conhecimento. Quanto à sexualidade, muitos a relacionaram à orientação sexual e ao desejo, mas parte dos participantes apresentou compreensão mais ampla, incluindo dimensões afetivas e sociais (Weeks, 1986; Parker, 2013). Entretanto, confusões conceituais entre gênero e sexualidade também foram identificadas, reforçando a necessidade de maior nitidez nas ações educativas.

O “currículo oculto” surge como elemento relevante na formação médica. Segundo Hafferty (1998) e Raimondi, Moreira e Barros (2019), conteúdos não formalizados, transmitidos nas práticas e interações acadêmicas, moldam atitudes e podem tanto reforçar preconceitos quanto estimular práticas inclusivas. Alguns estudantes destacaram tutoriais e aulas pontuais sobre equidade no SUS, o que contribuiu para sua compreensão, mas a abordagem ainda é insuficiente e fragmentada.

No que se refere ao conhecimento da PNSI-LGBT, a maioria declarou desconhecer a política, mesmo após mais de uma década de sua criação. Essa lacuna pode comprometer a efetividade da política e reflete a falta de divulgação e de inserção sistemática do tema no currículo médico (Pereira; Graupe; Dall'igna, 2022). Entre os que afirmaram conhecer, as percepções variaram de noções gerais – “garante os direitos à saúde da população LGBT” (E14) – a compreensões mais aprofundadas, como a referência a protocolos específicos e ações de promoção da saúde (E23, E26). Um ponto recorrente foi a percepção de que a política é pouco divulgada no meio acadêmico e profissional.

Essa invisibilidade compromete sua implementação, reforçando desigualdades no acesso à saúde. Barreiras como resistência ideológica, falta de formação profissional e escassez de campanhas educativas dificultam sua efetividade (Popadiuk; Oliveira; Signorelli, 2017; Gomes *et al.*, 2018). A consequência é a perpetuação da vulnerabilidade: maiores taxas de depressão, ansiedade e suicídio entre jovens LGBT+ (Silva *et al.*, 2021), além da prevalência elevada de infecções sexualmente transmissíveis (IST), como mostram dados do Ministério da Saúde (Brasil, 2025).

Os participantes reconheceram a relevância histórica da PNSI-LGBT como instrumento de equidade, reparação e visibilidade para uma população historicamente marginalizada (Miskolci *et al.*, 2022). Também destacaram seu potencial como ferramenta de combate ao estigma e de promoção da humanização no atendimento (Parker, 2013). No entanto, questionaram sua efetividade prática, especialmente diante da persistência de preconceitos e da falta de capacitação dos profissionais.

Assim, os resultados indicam que, embora haja avanço na compreensão de gênero e sexualidade entre os estudantes, persiste desconhecimento expressivo sobre a PNSI-LGBT e limitações na abordagem curricular. Esse cenário reforça a importância de estratégias educacionais que fortaleçam a formação crítica e humanística, alinhada aos princípios do SUS, e promovam maior visibilidade e efetividade da política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais deste estudo evidenciam a relevância da PNSI-LGBT para a formação médica e a saúde da população LGBT+. Os resultados mostram que, embora haja reconhecimento da importância dessa política, persistem lacunas significativas na formação, marcadas por abordagens pontuais e pouco aprofundadas. Muitos estudantes ainda se sentem despreparados para atender às demandas específicas dessa população, o que reforça a

necessidade de integrar de forma sistemática a temática nos currículos, aliando teoria, prática e experiências que contemplem a diversidade sexual e de gênero. Apesar das limitações, como o possível viés decorrente da atuação de docentes engajados, o estudo contribui para o debate sobre inclusão e equidade em saúde, ressaltando a responsabilidade das instituições de ensino em preparar profissionais sensíveis e comprometidos. Assim, reafirma-se a urgência de políticas e práticas pedagógicas que promovam uma formação médica mais inclusiva e transformadora.

**Palavras-chave:** minorias sexuais e de gênero; política de saúde; estudantes de medicina; políticas de equidade; formação médica.

## REFERÊNCIAS

BOLDRIN, V. C. et al. Avanços e desafios no processo transexualizador no Sistema Único de Saúde brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 1, p. e10912023, jan. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília: Diário Oficial da União, 2011.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Portaria nº 766, de 3 de julho de 2013**. Institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais-LGBT e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Medicina**. Parecer CNE/CES nº 642/2022, de 8 de setembro de 2022. Brasília, 2022.

BRASIL. **17ª Conferência Nacional de Saúde**: relatório. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/temas/conferencia-nacional-de-saude/17>. Acesso em: 31 ago. 2025.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARDOSO, J. et al. **A relação entre as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em medicina e a formação médica para o Sistema Único de Saúde: uma revisão.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2023.

DOMENE, F. M. et al.. Saúde da população LGBTQIA+: revisão de escopo rápida da produção científica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3835–3848, out. 2022.

GOMES, S. M. et al. O SUS fora do armário: concepções de gestores municipais de saúde sobre a população LGBT. **Saúde e Sociedade**, v. 27, p. 1120-1133, 2018.

HAFFERTY, F. W. Beyond curriculum reform: confronting medicine's hidden curriculum. **Academic Medicine: Journal of the Association of American Medical Colleges**, v. 73, n. 4, p. 403-407, 1998.

MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MISKOLCI, R. et al. Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3815–3824, out. 2022.

PARKER, R. Interseções entre Estigma, Preconceito e Discriminação na Saúde Pública Mundial. In: MONTEIRO, S.; VILLELA, W. (orgs). **Estigma e saúde [online]**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2013, p. 25-46.

PEREIRA, M. M.; GRAUPE, M. E.; DALL'IGNA, D. M. Política Nacional de Saúde LGBT: relatos de profissionais da saúde e pessoas LGBT. **RELIES: Revista del Laboratorio Iberoamericano para el Estudio Sociohistórico de las Sexualidades**, n. 8, p. 1-14, 2022.

POPADIUK, G. S.; OLIVEIRA, D. C.; SIGNORELLI, M. C. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1509-1520, 2017.

RAIMONDI, G. A.; MOREIRA, C.; BARROS, N. F. Gêneros e sexualidades na educação médica: entre o currículo oculto e a integralidade do cuidado. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 198–209, jul. 2019.

ROCHA, F. C.; SAMPAIO, J. V. Percepções de LGBTs sobre o Acesso à Atenção Primária de Saúde na Cidade de Guaiúba, CE. Campo Grande: **Rev. Psicol. Saúde**, v. 14, n. 2, p. 99-115, jun. 2022.

SILVA, J. C. P.; CARDOSO, R. R.; CARDOSO, A. M. R.; GONÇALVES, R. S. Diversidade sexual: uma leitura do impacto do estigma e discriminação na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, p. 2643-2652, 2021.

WEEKS, J. **Sexuality**. 1. ed. Londres: Routledge, 1986.